

PERSEGUIÇÃO E INTOLERÂNCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE III

Mandatária Financeira de Venâncio Mondlane Sem Direito a Visitas na Cadeia Civil num Expediente de Judicialização da Política

- É a terceira pessoa na estrutura da organização política de Venâncio Mondlane que está a contas com a Justiça (bastante usada pelo regime como instrumento de perseguição), incluindo o próprio Mondlane



Glória Nobre, a mandatária financeira de Venâncio Mondlane, presa preventivamente na Cadeia Civil desde 14 de Março, está proibida de receber visitas e de manter contacto com a família, disse ontem, sábado, 29 de Março, ao Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) fonte familiar.

Glória Nobre foi detida em 12 de Março pelas autoridades policiais, na sua residência,

e levada à 8ª Esquadra, no Porto de Maputo, onde permaneceu cerca de 48 horas sem contactar com a família nem com o advogado. As motivações e circunstâncias da detenção são desconhecidas. No dia 14 de Março, o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo legalizou a sua prisão. De então a esta parte passam-se 15 dias sem receber visitas. A falta de clareza sobre a sua prisão sugere claramente que es-

tamos perante uma situação de judicialização da política, uma velha estratégia do regime de exercer pressão sobre os seus opositores políticos como forma de fazê-los desistir da luta ou fazê-los ir a negociações numa posição de fragilidade. Glória Nobre é a terceira pessoa na estrutura da organização política de Venâncio Mondlane que está a contas com a Justiça, incluindo o próprio Mondlane.

Judicialização da política

Com a morte de Afonso Dhlakama e de Daviz Simango, Venâncio Mondlane emergiu como verdadeiro opositor ao regime da Frelimo, posição que consolidou nas Eleições Autárquicas de 2023 e nas Gerais de 2025. Depois das eleições de 9 de Outubro liderou um amplo movimento de protestos, sem precedentes. No contexto dos protestos, a Procuradoria-Geral da República anunciou processos contra Mondlane. Na sequência desses processos, foi ouvido em 11 de Março e constituído arguido. A PGR aplicou ao político o Termo de Identidade e Residência, a mais branda das medidas de coação, o que condiciona os movimentos e as actividades de Mondlane. No dia 12, a Polícia deteve Glória Nobre, cuja prisão foi legalizada em 14 de Março. No dia 19 de Março a PGR ouviu Dinis Tivane, assessor de Mondlane.

Os casos mais recentes de judicialização da política

Em 19 de Dezembro de 2023, o Tribunal Judicial da Província de Nampula, no norte de Moçambique, suspendeu, por quatro meses, o na altura presidente em exercício do Município da Cidade de Nampula, Paulo Vahanle, que era, também, cabeça-de-lista da Renamo nas eleições autárquicas de 11 de Outubro desse ano, por alegada incitação à desobediência colectiva por ter liderado manifestações contra fraude naquele ponto do país. Segundo a decisão da Juíza Esmeralda Baulene, da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Província de Nampula, Paulo Vahanle ficou igualmente impedido de exercer o direito à reunião e à manifestação. A par de Paulo Vahanle, e pelas mesmas razões, o Tribunal Judicial de Nacala ordenou, em 13 de Dezembro, a prisão domiciliária e suspensão de funções do presidente do Município de Nacala, Raul Novinte, e do seu assessor de comunicação, Arlindo Chissale, na sequência da promoção do Ministério Público que acusou Novinte e Chissale de “incitamento à desobediência colectiva em concurso com a instigação pública ao crime”. Os processos contra Vahanle e Novinte foram instrumentais para o fim das manifestações e para a transição pacífica do poder.

Uma estratégia perigosa para o país

Em 23 de Março, o Presidente da República, Daniel Chapo, e Venâncio Mondlane, mantiveram um encontro em Maputo, para encontrarem saídas para a crise pós-eleitoral. O encontro acontece depois da audição do próprio Mondlane, de Dinis Tivane e da prisão de Glória Nobre. Há correntes que defendem que Mondlane foi ao encontro com Chapo enfraquecido, em parte, devido ao cerco feito pela Justiça. Essa tese é muito defendida e difundida por pessoas próximas ao regime.

O recurso à justiça como arma de arremesso

para ganhos políticos é mau para a democracia, pois deixa claro para todo o mundo ver que em Moçambique não há separação de poderes e que o executivo manda sobre os outros poderes.

Outrossim, é mau pois a Frelimo continua a negar a solução dos problemas do país, recorrendo a estratégias maquiavélicas para conservar o poder. As manifestações quer de 2023 quer do ano passado mostraram que o povo estava disposto a lutar por mudanças, independentemente do preço a pagar por essa luta, na qual Venâncio Mondlane tem o

mérito de ser o político que tomou as dores do povo e liderou o povo.

Este não é o momento de jogos. É o momento de compreender que o país está a viver uma das piores crises e embarcar no diálogo genuíno e inclusivo que nos conduza primeiro à pacificação do país para depois trabalhar-se na refundação do Estado, para colocá-los a servir o povo. Se isto não acontecer, Moçambique arrisca-se a voltar a viver um nível de violência pior que aquele que viveu de Outubro a Dezembro de 2024.



**MISSÃO:**

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO